



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1.353/2018/SGM-P

Brasília, 12 de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação para o Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no inciso XIII do art. 103-B, da Constituição Federal, comunico a Vossa Excelência que, em sessão realizada no dia 12 de dezembro de 2018, o Plenário desta Casa elegeu a Sra. MARIA TEREZA UILLE GOMES para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,



Deputado RODRIGO MAIA
Presidente

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Por meio da presente e sucinta argumentação escrita apresento-me à recondução de meu nome, após escolha pelo Plenário da Câmara dos Deputados, mediante eleição levada a efeito pelos nobres parlamentares e líderes da Câmara Federal, na data de hoje (12/12/2018), para a honrosa função de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse sentido, nos termos do art. 383, I, c, do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre registrar que obtive minha graduação em direito pela Universidade Estadual de Londrina/PR e posteriormente, cursei pós-graduação em direito processual penal pela PUC/PR, pós-graduação em direito administrativo pelo Instituto Romeu Bacellar, Mestrado em Educação pela PUC/PR e Doutorado em Sociologia pela UFPR.

Atualmente exerço docência na Universidade Positivo do Paraná, como professora titular do Mestrado em direito.

Ingressei no Ministério Público do Paraná mediante concurso público e exerci o cargo de Promotora de Justiça e Procuradora de Justiça por quase 30 anos.

Desempenho a cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, biênio 2017/2019, indicada pela Câmara dos Deputados, na vaga de cidadão com notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 103-B, XIII, da CF).

No CNJ integro as Comissões de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação e fui designada pela Presidência do CNJ para compor a Comissão responsável pelo Documento Nacional de Identidade (DNI) e para presidir o Comitê Interinstitucional de integração das metas do Poder Judiciário com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Dessa foram, espero estar apta para dar continuidade ao trabalho que já desempenho junto ao Conselho Nacional de Justiça.

Brasília, 12 de dezembro de 2018.



MARIA TEREZA UILLE GOMES

Maria Tereza Uille Gomes

Dados Pessoais

Nascimento: 8 de abril de 1964

Natural de Londrina/PR

Data da Posse no CNJ: 13 de junho de 2017 (1º mandato)

Formação Acadêmica

- Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina/PR (1985).
- Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Romeu Felipe Bacellar
- Especialista em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Federal do Paraná (PUC-PR)
- Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Federal do Paraná (PUC-PR)
- Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Funções Atuais

- Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, biênio 2017/2019.
- Membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (2016)
- Membro do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
- Professora-titular do Mestrado em Direito da Universidade Positivo
- Professora Honoris Causa da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR)

Principais Atividades Exercidas

- Relatora da Comissão de Juristas instituída pela Presidência do Senado Federal para elaborar o anteprojeto de atualização da Lei de Execução Penal (2013)
- Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ (2012)
- Secretária de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná (2011-2015)
- Vice-presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (2007)
- 1ª Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (2002 e 2003)
- Ex-Procuradora-Geral de Justiça do Paraná (2002 -2004)
- Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público - APMP por quatro gestões (1999-2001 2001/2002, 2005/2007 e 2007/2009)
- Assessora da Corregedoria-Geral e do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça (1998)
- Membro do Ministério Público do Paraná (1987-2016)



Maria Tereza Uille Gomes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0509170496083736>

Última atualização do currículo em 25/07/2018

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná (2011-2015) e Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Paraná. Possui Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2011) e Mestrado em Educação. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: objetivos de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, direitos humanos, direito e tecnologia, Sistema de Justiça e Políticas Públicas. Professora titular da Universidade Positivo e pesquisadora do Centro de Pesquisa Jurídica e Social da Universidade Positivo - CPJUS. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Maria Tereza Uille Gomes
Nome em citações bibliográficas	GOMES, Maria Tereza Uille

Endereço

Endereço Profissional	Universidade Positivo, Centro de Pesquisa Jurídica e Social. Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300 Ecoville 81280330 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (41) 33173000 URL da Homepage: www.up.edu.br
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2007 - 2011	Doutorado em Sociologia (Conceito CAPES 5). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Título: Políticas Públicas e Ministério Público, Ano de obtenção: 2011. Orientador: Ricardo Costa de Oliveira. Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Ministério Público.
2005 - 2006	Mestrado em Educação (Conceito CAPES 5). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil. Título: Políticas públicas e a efetividade do direito à educação, Ano de Obtenção: 2006. Orientador: Maria Lourdes Gisi. Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Educação.
1999 - 1999	Especialização em Direito Processual Penal. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil. Título: A Efetividade das Penas Alternativas. Orientador: Gilson Bonato.
1980 - 1985	Graduação em Direito. Universidade Estadual de Londrina, UEL, Brasil.

Formação Complementar

2000 - 2004	Proficiência em Inglês. (Carga horária: 550h). INSTITUTO DE APERFEICOAMENTO PROFISSIONAL E CULTURAL DE LONDRINA S/S LTDA, IAPCLS_PPROV , Brasil.
1997 - 1997	Extensão universitária em Curso de Ações Coletivas e Direitos do Consumidor. (Carga horária: 45h). Centro Universitário Curitiba, UNICURITIBA, Brasil.
1985 - 1986	Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura. (Carga horária: 840h). Escola da Magistratura do Estado do Paraná, EMAP, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade Positivo, POSITIVO, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Conselheira, Enquadramento Funcional: Membro

Ministério da Justiça, MJ, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Outras informações

Vínculo: Conselheira, Enquadramento Funcional: membro titular

Designada pela Portaria do Ministério da Justiça nº 32, de 14 de janeiro de 2016, para mandato de dois anos.

Atividades

01/2016 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, .
Cargo ou função
Membro titular do Conselho.

Universidade Positivo, UP, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Atividades

08/2017 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: professora titular, Carga horária: 20

Pesquisa e desenvolvimento , Centro de Pesquisa Jurídica e Social, .
Linhas de pesquisa

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como instrumentos de garantia de direitos humanos

Conselho Nacional de Previdência Complementar, CNPC, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Conselheira

Ministério Público do Estado do Paraná, MPPR, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2016

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procuradora de Justiça, Carga horária: 40

Vínculo institucional

1987 - 2010

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Promotora de Justiça, Carga horária: 40

Atividades

11/2010 - 08/2016

Serviços técnicos especializados , Procuradoria-Geral de Justiça, .
Serviço realizado
Procuradora de Justiça.

07/2005 - 11/2010

Serviços técnicos especializados , Procuradoria-Geral de Justiça, .
Serviço realizado
Promotora de Justiça Substituta em 2º Grau.

11/2004 - 07/2005

Serviços técnicos especializados , Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Curitiba, .
Serviço realizado

10/1998 - 10/2002

Promotora de Justiça da Infância e Juventude (1º Ofício) da Comarca de Curitiba.
Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, .
Cargo ou função

05/1999 - 02/2002

Representante do Ministério Público Integrante do Conselho.
Serviços técnicos especializados , Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Execução Penal da Capital, .
Serviço realizado

08/1998 - 05/1999

Promotora de Justiça.
Serviços técnicos especializados , Promotoria de Justiça da Comarca de Curitiba, .
Serviço realizado

03/1998 - 08/1998

Promotora de Justiça junto à 1ª Vara Cível da Comarca de Curitiba.
Serviços técnicos especializados , Procuradoria-Geral de Justiça, .
Serviço realizado
Assessoria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

12/1997 - 03/1998	Serviços técnicos especializados , Corregedoria-Geral do Ministério Público, . Serviço realizado
08/1995 - 12/1997	Assessoria. Serviços técnicos especializados , Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Execução Penal da Capital, . Serviço realizado
05/1994 - 08/1995	Promotora de Justiça. Serviços técnicos especializados , Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Londrina, . Serviço realizado
10/1993 - 05/1994	Promotora de Justiça. Serviços técnicos especializados , Promotoria de Justiça da Comarca de Curitiba, . Serviço realizado
06/1991 - 08/1993	Promotora de Justiça de entrância final, com funções de substituição junto à 7ª Seção Judiciária de Curitiba. Serviços técnicos especializados , Promotoria de Justiça da Comarca de Cambé, . Serviço realizado
12/1990 - 06/1991	Promotora de Justiça de entrância intermediária da comarca de Cambé. Serviços técnicos especializados , Promotoria de Justiça da Comarca de Pitanga, . Serviço realizado
12/1987 - 12/1990	Promotora de Justiça de entrância intermediária da comarca de Pitanga. Serviços técnicos especializados , Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguapitã, . Serviço realizado
03/1987 - 12/1987	Promotora de Justiça de entrância inicial da comarca de Jaguapitã. Serviços técnicos especializados , Promotoria de Justiça da Comarca de Jacarezinho, . Serviço realizado
	Promotora Substituta junto à 47ª Seção Judiciária com sede na comarca de Jacarezinho.

Procuradoria-Geral de Justiça, PGJ, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2004

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procuradora-Geral de Justiça
Nomeada pelo Decreto nº 5.362, de 28 de fevereiro de 2002, para exercer o cargo de Procuradora-Geral de Justiça, com mandato de dois anos

Atividades

04/2002 - 04/2004

Direção e administração, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, .
Cargo ou função
Procuradora-Geral de Justiça.

Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, SEJU, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2015

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Secretária de Estado
Nomeada pelo Decreto Estadual nº 3, de 01 de janeiro de 2011, como Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania. Nomeada como Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, pelo Decreto Estadual nº 1.810, de 01 de julho de 2011.

Atividades

01/2011 - 02/2015

Direção e administração, Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, .
Cargo ou função
Secretária de Estado.

08/2013 - 08/2014

Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretariado Regional do UN Global Compact Cities Programme, .
Cargo ou função
Representante oficial do Governo do Estado do Paraná no Secretariado Regional do United Nations Global Compact Cities Programme / Aliança Paraná Sustentável e United Nations Pacto Global.

Associação Paranaense do Ministério Público, APMP, Brasil.

Vínculo institucional

1987 - Atual

Atividades

07/2007 - 07/2009

Vínculo: associada, Enquadramento Funcional: associada

Direção e administração, Diretoria, .
Cargo ou função
Presidente.

07/2005 - 07/2007

Direção e administração, Diretoria, .
Cargo ou função
Presidente.

07/2001 - 04/2002

Direção e administração, Diretoria, .
Cargo ou função
Presidente.

07/1999 - 07/2001

Direção e administração, Diretoria, .

Cargo ou função
Presidente.

Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira, JUSPREV, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: participante, Enquadramento Funcional: participante

Atividades

09/2016 - 03/2017

Direção e administração, Diretoria Executiva, .
Cargo ou função
Diretora Presidente.

09/2013 - 09/2016

Direção e administração, Diretoria Executiva, .
Cargo ou função
Diretora Presidente.

09/2010 - 09/2013

Direção e administração, Diretoria Executiva, .
Cargo ou função
Diretora Presidente.

09/2007 - 09/2010

Direção e administração, Diretoria Executiva, .
Cargo ou função
Diretora Presidente.

Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná, FEMPAR, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professora

Atividades

2002 - Atual

Ensino, Ministério Público: Estado Democrático de Direito, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
Direito Penal
Execução Penal

Linhas de pesquisa

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como instrumentos de garantia de direitos humanos
Objetivo: Esta linha de pesquisa, vinculada ao projeto de pesquisa "Instituições responsáveis para uma sociedade pacífica e inclusiva" da Universidade Positivo, tem por objetivo avaliar, com uso de tecnologia da informação, o nível de efetivação de direitos humanos, tomando como ponto de partida as metas e os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e as metas da Justiça Brasileira avaliadas pelo Conselho Nacional de Justiça. A pesquisa compara os dados de diferentes sistemas do Poder Judiciário e Executivo. Um dos objetos da pesquisa será o acompanhamento da implementação da Identificação Civil Nacional (ICI) e do Documento Nacional de Identificação (DNI), entendidos como instrumentos para garantir a cidadania, reduzir fraudes e conferir maior transparência, eficiência e qualidade aos serviços públicos prestados ao cidadão. Os temas trabalhos pela linha de pesquisa são: inovação e tecnologia, biometria, e-gov, inteligência artificial, robótica, big data, selo de certificação e segurança digital. A expectativa ao gerar o conhecimento é promover a consolidação e análise das bases de dados, elaborar relatórios gerenciais e preditivos, contribuir com as políticas públicas e a gestão, eleger casos práticos com foco em metas e indicadores dos ODS..
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Estado e Governo / Especialidade: Estrutura e Transformação do Estado.
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social.
Palavras-chave: Sistema de Justiça; Direito Constitucional; Direitos Humanos; Direitos Sociais.

Projetos de pesquisa

2017 - Atual

Instituições responsáveis para uma sociedade pacífica e inclusiva
Descrição: Com o exponencial desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, em especial das tecnologias da informação e comunicação, as instituições e organizações do Estado Democrático e Social de Direito enfrentam três desafios fundamentais. Em primeiro lugar, o de receber, processar e responder às demandas apresentadas por uma sociedade hiperconectada, desigual e conflitiva, que exige soluções em tempos absolutamente incompatíveis com as rotinas tradicionais dos processos administrativos ou judiciais. Em segundo lugar, o de gerenciar o imenso volume de dados e informações sobre os cidadãos dos quais se torna depositário, utilizando-o em favor do bem comum e protegendo-o de usos incompatíveis com a promoção dos direitos e liberdades fundamentais. E, em terceiro lugar, o de garantir que os ganhos econômicos e sociais resultantes da revolução

tecnológica revertam em favor de um desenvolvimento humano e sustentável que conduza a uma sociedade pacífica e inclusiva. Nesse contexto, o problema da pesquisa é descrever e analisar o funcionamento das instituições e organizações do Estado Democrático e Social de Direito responsáveis pela produção, interpretação e aplicação do Direito no Brasil, com o objetivo de determinar se atuam de modo responsivo às demandas apresentadas por uma sociedade em transição tecnológica, além de coerente com os compromissos internacionais assumidos pelo país e consubstanciados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em especial o Objetivo n. 16 e suas respectivas metas. Consequentemente, o problema de pesquisa não se encontra circunscrito a um objeto disciplinar tradicional da área do Direito, demandando a articulação de múltiplos conhecimentos indispensáveis à compreensão integral da estrutura, funcionamento e organização do Poder Judiciário e do processo judicial, bem como dos poderes Executivo e Legislativo, nos processos administrativos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Desse modo, a pesquisa pretende contribuir para a produção de conhecimento sobre as instituições formais e para a formação técnica de quadros profissionais para atuação qualificada perante organizações públicas, promovendo a realização dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, garantindo a responsividade do Estado brasileiro e favorecendo a construção de uma sociedade pacífica e inclusiva. Na medida em que se propõe a compreender o funcionamento das instituições e organizações do Estado Democrático e Social de Direito brasileiro, a pesquisa reveste-se necessariamente de caráter empírico, tal como proposto por Peter Crane e Herbert Kritzer. A partir de bases de dados secundárias ou dados primários produzidos em campo, a pesquisa pretende conhecer e analisar o modo como o Estado recebe e processa as demandas de seus cidadãos, por meio de processos administrativos ou judiciais que resultem na produção, interpretação ou aplicação de um Direito que se quer coerente com os compromissos internacionais assumidos pelo país. Logo, não se pretende determinar se o Estado e a ordem jurídica brasileira encontram-se em tese aptos a receber e processar essas demandas, mas se de fato as recebem e processam, realizando ou denegando os direitos e liberdades fundamentais de seus cidadãos e contribuindo ou não para a construção de uma sociedade pacífica e inclusiva. O marco teórico fundamental da abordagem proposta é a literatura neoinstitucionalista no campo das relações entre Direito, Economia e Política, em especial na vertente constituída a partir da obra de Douglass North, Amartya Sen e Elinor Ostrom. Como se pretende avançar no campo da responsividade, igualmente central é a literatura sobre accountability das instituições, em especial a partir da obra de Guillermo O'Donnell. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2014 - 2015

O perfil de uso, abuso e dependência de drogas na população carcerária do Estado do Paraná

Descrição: O projeto tem como objetivo delimitar o perfil epidemiológico de uso, abuso e dependência de drogas na população carcerária do Estado do Paraná, a fim de otimizar o planejamento das políticas públicas nos estabelecimentos penais. Para tanto, selecionará aleatoriamente, a partir de um banco de dados de todos os presos do Estado, uma amostra de 3432 indivíduos reclusos em todas as unidades prisionais do Estado, os quais deverão responder um questionário de auto aplicação, a partir de variáveis como a situação econômica e familiar, a representatividade do sistema carcerário na vida do entrevistado, histórico do uso, abuso e dependência de drogas e relação com fatores de risco e proteção..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Áreas de atuação

- | | |
|----|---|
| 1. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional. |
|----|---|

Prêmios e títulos

- | | |
|------|---|
| 2013 | Américas, ONU/UNITAR. |
| 2012 | Mensão Honrosa, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. |
| 2007 | Professora Honoris Causa da UNOPAR, Universidade do Norte do Paraná. |
| 2004 | Condecoração, Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público. |
| 2004 | Homenagem, Associação Paranaense do Ministério Público e a Fundação Escola do Ministério Público. |
| 2004 | Voto de Louvor, Câmara Municipal de Curitiba. |
| 2003 | Homenagem, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. |
| 2003 | Homenagem, Rotary Club de Curitiba Gralha Azul. |
| 2002 | Homenagem, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. |
| 2002 | Voto de Louvor, Câmara Municipal de Curitiba. |
| 2002 | Medalha Comemorativa do Cinquentenário do GOB/PR, Grande Oriente do Brasil - Paraná. |

Produções

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica ▼

1. **GOMES, Maria Tereza Uille**; FAGUNDES JUNIOR, E. L. B. ; GIAMBERARDINO, P. R. . Ferramentas de acesso à justiça às pessoas privadas de liberdade: a importância de fomento aos projetos de capacitação e inclusão ao trabalho. Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, v. 6, p. 56-68, 2016.
2. **GOMES, Maria Tereza Uille**; ROCHA, M. A. ; BALDI, L. F. . A união e a força associativa no Brasil com a criação da JUSPREV. Revista da Escola Nacional de Magistratura, v. 2, p. 139-156, 2008.

Livros publicados/organizados ou edições

1. ★ TONO, C. (Org.) ; **GOMES, Maria Tereza Uille** (Org.) ; HARACEMIV, S. M. C. (Org.) ; BOERNGEN-LACERDA, R. (Org.) . VOZES DO CÁRCERE: paz e prevenção do uso de drogas nos caminhos das assistências educacional e religiosa Volume II. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018. 326p .
2. **GOMES, Maria Tereza Uille**; HARACEMIV, S. M. C. (Org.) ; TONO, C. (Org.) . VOZES DO CÁRCERE: paz e não violência em busca de um novo modelo de gestão. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014.
3. ★ **GOMES, Maria Tereza Uille**. Direito humano à educação e políticas públicas. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

Capítulos de livros publicados

1. ★ **GOMES, Maria Tereza Uille**; CONTE, J. . o CNJ e a accountability na Execução Penal. In: MENDES, Gilmar Ferreira; SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins; MARRAFON, Marco Aurélio. (Org.). Conselho Nacional de Justiça fundamentos, processo e gestão. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1, p. 419-.
2. **GOMES, Maria Tereza Uille**. Direitos Humanos, Desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). In: FOLMANN, Melissa; ANNONI, Danielle. (Org.). Direitos humanos: os 60 anos da Declaração Universal da ONU. 1ed.Curitiba: Juruá, 2008, v. , p. 265-282.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **GOMES, Maria Tereza Uille**. Audiência de custódia: um filtro na porta de entrada das prisões. Gazeta do Povo, Curitiba, 27 mar. 2015.
2. **GOMES, Maria Tereza Uille**. O Elogio da Serenidade e a Outra Face da Política. O Estado do Paraná, 30 dez. 2007.
3. **GOMES, Maria Tereza Uille**. Novo fundo de Pensão: JUSPREV. Jornal Monitor Mercantil - Caderno Financeiro, 01 set. 2007.
4. **GOMES, Maria Tereza Uille**; AZEVEDO, M. L. . Medidas e Penas alternativas à pena de prisão. O Estado do Paraná, Curitiba, PR, 14 fev. 1999.
5. **GOMES, Maria Tereza Uille**. Eleição para Procurador-Geral de justiça. Gazeta do Povo - Caderno Opinião, Curitiba, PR.
6. **GOMES, Maria Tereza Uille**. Eleição para Procurador-Geral de Justiça. Jornal O Estado do Paraná.
7. **GOMES, Maria Tereza Uille**. Reforma do Judiciário - Súmula Vinculante. Jornal O Estado do Paraná, Caderno Direito e Justiça, p. 01 - 01.
8. **GOMES, Maria Tereza Uille**. Maria Tereza Uille Gomes: ?prioridade hoje é organizar a porta de saída do presídio?. Gazeta do Povo, Curitiba, PR.
9. **GOMES, Maria Tereza Uille**. Eleição no Ministério Público do Paraná. Gazetad o Povo - Opinião.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **GOMES, Maria Tereza Uille**. DIREITO ADMINISTRATIVO, ACCOUNTABILITY E O CADASTRO NACIONAL DE PRESOS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO EFICIENTE DO SISTEMA PRISIONAL. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 2015. PROBLEMAS EMERGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2014. p. 177-190.
2. **GOMES, Maria Tereza Uille**. A Violência nas Escolas e o Reflexo na Qualidade de Ensino-Início do Trabalho Conjunto de Avaliação dos Programas Sociais e Pesquisa Científica em Curitiba. In: II CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS, 2005, Belém, PA. II CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS, 2005. p. 1-10.
3. **GOMES, Maria Tereza Uille**. COMPLEXIDADE: A EDUCAÇÃO EM BUSCA DA IGUALDADE SOCIAL. In: Congresso Brasileiro de Educação e Cidadania, 2005, Curitiba. Construindo a Cidadania através da Educação, 2005.
4. **GOMES, Maria Tereza Uille**; SUGASMOTO, S. ; ENS, R. T. ; FILIPAK, S. T. ; EYNG, A. L. ; SERMANN, L. I. C. ; GISI, M. L. . políticas e Gestão Educacional: Escolarização e Violência. In: II Congresso Ibero-Americano Sobre Violências nas Escolas, 2005, Belém, PA. II Congresso Ibero-Americano Sobre Violências nas Escolas, 2005.
5. **GOMES, Maria Tereza Uille**. Remição da Pena Privativa de Liberdade pelo Estudo e Formação profissional (Trabalho Intelectual). In: 13 Congresso Nacional do Ministério Público - Tema Central - O Ministério Público Social, 1999, Curitiba, PR. O Ministério Público Social, 1999. v. 1. p. 585-589.
6. **GOMES, Maria Tereza Uille**; BONAVIDES, S. S. G. ; GIACOIA, G. ; BONAVIDES, P. J. G. . O Ministério Público e os Juizados Especiais Criminais. In: 10 CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 1994, Belém, PA. 10 CONGRESSO NACIONAL

Apresentações de Trabalho

1. **GOMES, Maria Tereza Uille.** ODS16: Paz, justiça e instituições eficazes. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
2. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Sistema Penitenciário e Lei de Drogas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Tolerância e Igualdade. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Associação dos procuradores do estado do Paraná. 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).
5. **GOMES, Maria Tereza Uille.** A Jurisdição Penal no Superior Tribunal de Justiça. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Ordem dos advogados do Brasil. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
8. **GOMES, M. T. U.; GOMES, Maria Tereza Uille.** Estudo Técnico para sistematização de dados sobre informações do requisito objetivo da lei 11.343/06. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Particularidades do encarceramento feminino. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Educação e Justiça Social. 2014. (Apresentação de Trabalho/Outra).
11. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Conferência Estadual Temática de Direitos humanos. 2014. (Apresentação de Trabalho/Outra).
12. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Audiência Pública. 2013. (Apresentação de Trabalho/Outra).
14. **GOMES, Maria Tereza Uille.** III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. 2013. (Apresentação de Trabalho/Outra).
15. **GOMES, Maria Tereza Uille.** II Congresso internacional de Direito Ambiental. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
16. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
17. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Eficiência na Execução Penal: Superpopulação carcerária e ressocialização. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
18. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Estudo de Caso do Governo do Paraná: Gestão da Execução Penal. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
19. **GOMES, Maria Tereza Uille.** A OAB por uma Sociedade Acessível e Inclusiva. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
20. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Novo modelo de gestão na execução Penal. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
21. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Novas propostas do sistema prisional. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Fundação escola do ministério público do Paraná. 2012. (Apresentação de Trabalho/Outra).
23. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Universidade Federal do Paraná. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
24. **GOMES, Maria Tereza Uille.** 20 anos da Lei de Improbidade Administrativa. 2012. (Apresentação de Trabalho/Outra).
25. **GOMES, Maria Tereza Uille.** República Federativa do Brasil. 2012. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
26. **GOMES, Maria Tereza Uille.** 'Mulher e as Relações de Poder'. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Encontro nacional de procuradores e procuradoras dos direitos do cidadão. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).
28. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Fiscalização das medidas cautelares e. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
29. **GOMES, Maria Tereza Uille.** V Conferência estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
30. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Conferência Estadual de políticas para mulheres. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
31. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Destaque da UEL. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).
32. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Mulheres Paranaense Comunidade Acadêmica. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).
33. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Membro de Comissão de Concurso. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
34. **GOMES, Maria Tereza Uille.** 2 Congresso Sul Brasileiro de Gestão Pública. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
35. **GOMES, Maria Tereza Uille.** XX Congresso Brasileiro de Magistrados. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
36. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Ministério Público do Estado do Paraná. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
37. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Associação Brasileira das Cooperativas de crédito do Judiciário. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
38. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Ordem do Mérito Ministério Público Militar. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
39. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Extensão Universitária. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
40. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Congresso Nacional de Educação da PUCPR. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
41. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Centro de Apoio operacional das promotoras. 2008. (Apresentação de Trabalho/Outra).
42. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
43. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
44. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
45. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Semana do Ministério Público do Estado do Paraná. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 46.

- GOMES, Maria Tereza Uille.** Congresso Mundial Extraordinário da Sociedade Internacional de Bioética. 2007. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
47. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Capitalismo Social e Crescimento. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 48. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Pontifícia universidade Católica do Paraná. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 49. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Câmara ,Municipal de Curitiba. 2007. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 50. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 51. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Curso de Comportamento em Situação de Risco. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 52. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Associação Paranaense do Ministério Público. 2007. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 53. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Procuradoria geral de Justiça. 2006. (Apresentação de Trabalho/Outra).
 54. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Eliminação da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. 2006. (Apresentação de Trabalho/Outra).
 55. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Direito Constitucional. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 56. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Muda eleição do Mp. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 57. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Exclusão Social e Educação. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 58. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Direitos e Deveres do Estado. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 59. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Complexidade: A Educação em Busca da Igualdade Social. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 60. **GOMES, Maria Tereza Uille.** O Professor e os Desafios teórico Práticos de Construção do Conhecimento Científico Sob a ótica do Sistema Complexo. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 61. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Avaliação da Eficiência do Sistema e Financiamento da Educação: Imperativos para a igualdade Social. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 62. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Sistema Constitucional sob a Ótica da Complexidade. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 63. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Estatuto da Criança e do Adolescente. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 64. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Interpretação e Aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente na Instituição Escolar. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 65. **GOMES, Maria Tereza Uille.** O Estatuto da Criança e do Adolescente. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 66. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Estatuto da Criança. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 67. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Ministério público Defensor da Sociedade. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 68. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Considerações a Respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente. 1992. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Outras produções bibliográficas

1. **GOMES, Maria Tereza Uille; GIAMBERARDINO, P. R. ; KANAYAMA, R. L. ; CARVALHO, H. O. ; ZILLOTTO, F. P. O. .** POLÍTICA SOBRE DROGAS E A POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA 2015 (Análise crítica sobre a política sobre drogas).
2. **SILVA, E. F. ; GEDIEL, J. A. P. ; TRAUZYNSKI, S. C. ; GOMES, Maria Tereza Uille .** Direitos Humanos e políticas Públicas, 2014. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.
3. **GOMES, Maria Tereza Uille; RICH, M. A. ; BALDI, L. F. .** A união e a força associativa no Brasil com a criação da Jusprev 2008 (Artigo).
4. **AZEVEDO, M. L. ; GOMES, Maria Tereza Uille .** Remição da pena de liberdade pelo estudo e formação profissional. AJD, 2000 (Artigo).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Rezoneamento do TRE-PR. 2017.
2. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Audiência Pública da Comissão Especial - Código de Processo Penal da Câmara dos Deputados. 2016.
3. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Relatoria da Comissão de Juristas do Senado Federal para reforma da LEP. 2014.

Produtos tecnológicos

1. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Business Intelligence - Sistema Integrado de Gestão da Execução Penal. 2014.

Trabalhos técnicos

1. **GOMES, Maria Tereza Uille; GIAMBERARDINO, P. R. ; ZILLOTTO, F. P. O. ; CARVALHO, H. O. .** O PERFIL DO CONDENADO POR TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DO PARANÁ. 2015.
2. **GOMES, Maria Tereza Uille; DODGE, R. E. F. .** Reflexões Sobre a Proposta de Súmula Vinculante (PSV) 57. 2015.
3. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Proposta de Metodologia para Mensuração dos Dados Coletados a partir da Audiência de Custódia. 2015.
4. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. 2015.
- 5.

★ **GOMES, Maria Tereza Uille.** ESTUDO TÉCNICO PARA SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES DO REQUISITO OBJETIVO DA LEI Nº 11343/06. 2014.

6. **GOMES, Maria Tereza Uille.** PORTAL DE TRANSPARÊNCIA CARCERÁRIA. 2014.
7. **GOMES, Maria Tereza Uille;** YOKOHAMA, F. I. ; TRAUZYNSKI, S. C. ; BLEY, R. B. ; VIRMOND, S. M. . Plano Estadual de Políticas Públicas Para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2014-2016. 2014.
8. **GOMES, Maria Tereza Uille;** BLEY, R. B. ; VIEIRA, A. R. ; RAYMUNDO, L. R. . Plano Estadual de Políticas Para Mulheres do Estado do Paraná 2014-2016. 2014.
9. **GOMES, Maria Tereza Uille;** GROTA, L. S. ; BLEY, R. B. ; YOKOHAMA, F. I. . Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania. 2014.
10. **GOMES, Maria Tereza Uille;** DAROLT, D. ; BLEY, R. B. ; TRAUZYNSKI, S. C. ; VIRMOND, S. M. . Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná 2015-2018. 2014.
11. **GOMES, Maria Tereza Uille;** YOKOHAMA, F. I. ; CECHINEL, V. . Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Paraná. 2013.
12. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Anteprojeto da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná (Lei Complementar nº. 136, de 19 de maio de 2011). 2011.

Demais tipos de produção técnica

1. **GOMES, Maria Tereza Uille.** Direito Penal e Processual Penal. 1997. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 77º ENCOGE - Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. Palestra. 2018. (Encontro).
2. Semana Jurídica: 30 Anos da Constituição Federal. Documento Nacional de Identidade como Instrumento de Cidadania e Combate à Fraude. 2018. (Congresso).
3. XIII Simpósio Nacional de Direito Constitucional. Palestra. 2018. (Simpósio).
4. XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados. A Politização do Judiciário ou a Judicialização da Política?. 2018. (Congresso).
5. Diálogo entre Metas e Indicadores do Poder Judiciário e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Palestra. 2017. (Seminário).
6. I Congresso Nacional do Instituto dos Advogados Brasileiros. Sistema Penitenciário e Lei de Drogas. 2017. (Congresso).
7. III Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. 2017. (Congresso).
8. III Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. Mensuração de Políticas Públicas: Casos Práticos. 2017. (Congresso).
9. III Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. Mensuração de Políticas Públicas: Casos práticos. 2017. (Congresso).
10. Semana do Ministério Público 2017 - Tolerância e Igualdade. Palestra de Encerramento. 2017. (Congresso).
11. Seminário "Diálogo sobre as metas nacionais do poder judiciário". Metas e Indicadores do poder Judiciário e os ODS. 2017. (Seminário).
12. XV Jornada Científica. ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes. 2017. (Seminário).
13. II Encontro Nacional de Defensores Públicos de Execução Penal. Painele: Impactos da política de drogas para o hiper encarceramento. 2016. (Encontro).
14. Projeto Estratégico Semear. Mesa redonda: A descriminalização do art. 28 da Lei 11.343/06: avanço ou retrocesso?. 2016. (Encontro).
15. Reunião de trabalho: Ministério Público e segurança Pública. Ministério Público e Segurança Pública. 2016. (Exposição).
16. XXVIII Congresso brasileiro de Direito Administrativo. Manifestações Populares, liberdades civis e crise do poder de polícia: novas propostas legislativas e as diferentes interpretações dos direitos constitucionais. 2014. (Congresso).
17. Ciclo de Debates para Elaboração de Nota Técnica Acerca do PL 513/2013. Origem e tramitação do PL 513/2013 junto à CCJC. 2013. (Congresso).
18. A OAB por uma Sociedade Acessível e Inclusiva. A OAB por uma Sociedade Acessível e Inclusiva. 2012. (Outra).
19. III Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público junto ao Sistema Prisional. 2012. (Encontro).
20. Ciclo de Palestras. Reflexões sobre a regulamentação da Defensoria Pública no Estado do Paraná. 2011. (Exposição).
21. Congresso Sul Brasileiro de Gestão Pública. Nós podemos Brasil - Os Objetivos do Milênio e os desafios para o Brasil. 2010. (Congresso).
22. Congresso Estadual do ministério Público do Estado do Paraná. Palestra Magna. 2007. (Congresso).
23. Lançamento oficial da JUSPREV. A Jusprev e a importância da Previdência Complementar no Contexto Nacional. 2007. (Exposição).
24. VII Congresso Brasileiro de Bioética, I Congresso Mundial Extraordinário da da sociedade internacional de bioética. Mesa Redonda - Um outro modo de ver as coisas. 2007. (Congresso).
25. Encontro Regional - Tribunal do júri. 2005. (Encontro).
26. I Fórum de Saúde Mental do paraná. Direitos e Deveres do Estado. 2005. (Congresso).
27. XVI Congresso Nacional do Ministério Público. 2005. (Congresso).
28. I Congresso Sul Brasileiro do Ministério Público. 2004. (Congresso).
29. III Fórum Mundial de Educação. 2004. (Congresso).
30. Seminário Estadual "O 1º anos do Código Civil". 2004. (Seminário).
31. Seminário Rede Latino-Americana de Observatórios de Violências nas Escolas. Projeto de Trabalho. 2004. (Seminário).

32. XII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. 2004. (Encontro).
33. Congresso Estadual do Ministério Público - O Ministério Público e a Paz Social. 2003. (Congresso).
34. Encontro dos Procuradores de Justiça e dos Promotores de Justiça Substitutos em 2º Grau. 2003. (Encontro).
35. I Encontro Estadual do Ministério Público sobre Educação.Apresentação de Abertura. 2003. (Encontro).
36. Improbidade Administrativa e Sonegação Fiscal. 2003. (Simpósio).
37. XV Congresso Nacional do Ministério Público. 2003. (Congresso).
38. Seminário Estadual do Ministério Público - As Inovações do Código Civil. 2002. (Seminário).
39. Seminário Regional Sobre Violência Urbana e Saúde Pública.Violência Urbana e Saúde Pública. 2002. (Seminário).
40. Congresso do Ministério Público do Paraná - O MP e a Cidadania. Espaço Institucional. 2001. (Congresso).
41. I Congresso Mindial do Ministério Público. 2000. (Congresso).
42. III Congresso do ministério Público do Nordeste. 2000. (Congresso).
43. II Seminário de Medidads e Penas Alternativas - Implantação e Controle.Experiência Prática de Penas Alternativas. 2000. (Seminário).
44. I Ciclo de Palestras de Direito Penal e Execução da Pena. 1999. (Congresso).
45. Penas Alternativas e Reforma da Parte geral do Código Penal.Comentários sobre a Lei 9.714/98. 1999. (Seminário).
46. Simpósio Nacional Sobre Lei de Execução Penal - OAB PR.Questões Controvertidas da Execução da Pena. 1999. (Simpósio).
47. XIII Congresso Nacional do Ministério Público - O ministério Público Social. 1999. (Congresso).
48. XII Simpósio nacional Direito Penal e Processual Penal.Novas Ideias Novos Rumos. 1999. (Simpósio).
49. I Encontro Nacional da Execução penal. 1998. (Encontro).
50. I Fórum de Criminologia e Política Criminal do Mercosul. Política Criminal Contemporânea. 1998. (Congresso).
51. I Fórum de Criminologia e Política Criminal do Mercosul. Política Criminal Contemporânea. 1998. (Congresso).
52. I Fórum de Criminologia e Política Criminal do Mercosul.Carta Criminológica de porto Alegre. 1998. (Encontro).
53. Penas Alternativas - As novas sanções do Direito penal brasileiro. 1998. (Exposição).
54. Questões Recentes Sobre o Atendimento à Crianças e Adolescentes Socialmente Excluídos.o Estatuto da Criança e do Adolescente e sua Jurisprudência. 1996. (Seminário).
55. I Ciclo de Palestras de Processo Civil. 1995. (Congresso).
56. I Seminário de Integração.Aplicação do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069). 1995. (Seminário).
57. Encontro Microrregional para Implementação da Leio Orgânica da Assistência Social. 1994. (Encontro).
58. I Seminário regional Para Eliminação do Trabalho Infantil e Profissionalização do Trabalho Juvenil. 1994. (Seminário).
59. VII Simpósio de Direito Penal e Processual Penal. 1994. (Simpósio).
60. I Simpósio de Direito Processual. 1993. (Simpósio).
61. IV Semana de Atualização em Processo Civil - II Seminário Brasileiro do Processual Civil. 1992. (Congresso).
62. Curso sobre o Tribunal do Juri. 1988. (Outra).
63. I Simpósio Estadual do Ministério Público do Paraná - O Ministério Público e a nova Constituição. 1988. (Simpósio).
64. I Encontro de Estudos Jurídicos Paraná/São Paulo do Ministério Público. 1987. (Encontro).
65. Semana Jurídica. 1984. (Congresso).
66. Curso de Licitação e Contrato Administrativo. 1983. (Exposição).
67. Simpósio Jurídico UEL/OAB. 1983. (Simpósio).
68. Simpósio Jurídico. 1982. (Simpósio).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **GOMES, Maria Tereza Uille.** I Seminário Municipal de combate à violência contra crianças e adolescentes. 2005. (Outro).

DECLARAÇÃO

Declaro, perante o Senado Federal, para todos os fins, especialmente aquele previsto no art. 383, I, b, 1, do Regimento Interno do Senado Federal, na qualidade de indicada pelos líderes partidários para integrar o Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, XIII), que não possuo mandato parlamentar, não sendo, assim, membro do Poder Legislativo de nenhum ente federado, nem tenho cônjuge, companheiro, nem parentesco em linha reta ou colateral até o terceiro grau, com membros desse Poder.

Brasília, 12 de dezembro de 2018.


MARIA TEREZA UILLE GOMES

DECLARAÇÃO

Declaro, perante o Senado Federal, para todos os fins, especialmente aquele previsto no art. 383, I, b, 2, do Regimento Interno do Senado Federal, na qualidade de indicada pelos líderes partidários para integrar o Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, XIII), que participo como sócia cotista, sem poderes de gestão, da empresa Mineradora Syros Ltda e participei como Presidente da Associação de Indicadores em Direitos Humanos, entidade sem fins lucrativos.

Brasília, 12 de dezembro de 2018.


MARIA TEREZA UILLE GOMES

DECLARAÇÃO

Declaro, perante o Senado Federal, para todos os fins, especialmente aquele previsto no art. 383, I, b, 3, do Regimento Interno do Senado Federal, na qualidade de indicada pelos líderes partidários para integrar o Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, XIII), que mantenho regularidade fiscal no âmbito da União, do Distrito Federal e do Estado do Paraná.

Brasília, 12 de dezembro de 2018.

MARIA TEREZA UILLE GOMES





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARIA TEREZA UILLE GOMES
CPF: 535.731.619-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 21:49:41 do dia 12/12/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/06/2019.

Código de controle da certidão: **A7F0.DCA2.844C.8B0C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 370-01.944.587/2018
NOME : NAO CADASTRADO
ENDEREÇO : NAO CADASTRADO
CIDADE : NAO CADASTRADO
CPF : 535.731.619-87
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o CPF acima.

CPF não cadastrado no Distrito Federal.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 12 de Março de 2019.

Brasília, 12 de Dezembro de 2018.

Certidão emitida via internet às 19:08:52 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 019221504-06

Certidão fornecida para o CPF/MF: **535.731.619-87**

Nome: **MARIA TEREZA UILLE GOMES**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/04/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaro, perante o Senado Federal, para todos os fins, especialmente aquele previsto no art. 383, I, b, 4, do Regimento Interno do Senado Federal, na qualidade de indicada pelos líderes partidários para integrar o Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, XIII), que não existe ação criminal em tramitação, em que figuro como ré ou autora. Existe uma ação de indenização cível, conforme andamento processual em anexo.

Brasília, 12 de dezembro de 2018.

MARIA TEREZA UILLE GOMES



PODER.
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

@-SAJ Portal
de Serviços

CAIXA POSTAL

CADASTRO

AJUDA

Identificar-se

> Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos de 1º Grau

MENU

Consulta de Processos de 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em segredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

Dados para pesquisa

Comarca:

Foro de Maceió

Pesquisar por:

Nome da parte

Nome da parte:

maria tereza uille gomes

☐ Pesquisar por nome completo

Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do processo

Processo: 0723842-80.2013.8.02.0001
Classe: Petição
Área: Cível
Assunto: Dano Moral
Distribuição: 13/09/2013 às 13:20 - Sorteio
2ª Vara Cível da Capital - Foro de Maceió
Controle: 2013/000974
Juiz: Pedro Ivens Simões de França
Valor da ação: R\$ 10.000,00
Custas: Visualizar custas (**há custas pendentes**)

Partes do processo

Exibindo Somente as principais partes. »Exibir todas as partes.

Requerente: SUZANN FLAVIA CORDEIRO DE LIMA
Advogado: antonio luiz gonzaga filho
Requerida: MARIA TERESA UILLE GOMES
Advogado: Manoel Caetano Ferreira Filho
Advogado: Felipe Frank
Testemunha: A. C. S.

Movimentações

Exibindo 5 últimas. »Listar todas as movimentações.

Data	Movimento
20/11/2018	Juntada de Mandado
19/11/2018	Juntada de Documento Nº Protocolo: WMAC.18.70246384-9 Tipo da Petição: Pedido de Expedição de Carta Precatória Data: 19/11/2018 15:48
17/11/2018	Mandado devolvido cumprido .CM - Ato positivo
14/11/2018	Carta Precatória Expedida Intimação para Comparecimento em Audiência- Art. 334
12/11/2018	Ato Publicado Relação :0291/2018 Data da Publicação: 13/11/2018 Número do Diário: 2223

Petições diversas

Data	Tipo
17/12/2014	Contestação
29/01/2015	Impugnação à Contestação
13/09/2016	Petição
26/10/2017	Petição
14/06/2018	Rol de Testemunhas
19/11/2018	Pedido de Expedição de Carta Precatória

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Recebido em	Classe
17/12/2014	Exceção de Incompetência - 00001
27/05/2016	Embargos de Declaração - 00002

Apensos, Entranhados e Unificados

Número	Classe	Apensamento Motivo
0723842-80.2013.8.02.0001 (02)	Embargos de Declaração	08/06/2016
0723842-80.2013.8.02.0001 (01)	Exceção de Incompetência	13/01/2015

Audiências

Data	Audiência	Situação	Qt. Pessoas
11/02/2019	Instrução e Julgamento	Pendente	2

Desenvolvido pela Softplan em parceria com o Tribunal de Justiça de Alagoas



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO(AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 11/12/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARIA TEREZA UILLE GOMES

535.731.619-87

(MARIA DO CARMO GALVÃO UILLE / SYRIO UILLE)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/12/2018

Data da última atualização do banco de dados: 11/12/2018

Selo digital de segurança: **2018.CTD.UGPW.6Z9Q.POCX.Y904.ZISO**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 11/12/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARIA TEREZA UILLE GOMES

535.731.619-87

(MARIA DO CARMO GALVÃO UILLE / SYRIO UILLE)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/12/2018

Data da última atualização do banco de dados: 11/12/2018

Selo digital de segurança: **2018.CTD.WMX0.JRAK.WC41.M752.V5CG**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



Nº 2899818



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NO **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO** contra o nome **MARIA TEREZA UILLE GOMES** nem contra o **CPF: 535.731.619-87**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço do **portal.trf1.jus.br/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 12/12/2018 às 18:47 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 12/12/2018, 18h47min. e 12/12/2018, 18h47min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



Nº 2899811



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **MARIA TEREZA UILLE GOMES** nem contra o **CPF: 535.731.619-87**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (portal.trf1.jus.br/), informando-se o número de controle acima descrito.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 12/12/2018 às 18:46 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 12/12/2018, 18h46min. e 12/12/2018, 18h46min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

Certidão

 [imprimir]

ea2e031e35e66226d2bde99636b36f21



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 403, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
MARIA TEREZA UILLE GOMES

OU

contra o CPF:
535.731.619/87

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 12/12/2018 às 00:30**

- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 11/12/2018 às 23:30**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 11/12/2018 às 20:00**

Certidão emitida em: 12/12/2018 às 18:55 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ea2e031e35e66226d2bde99636b36f21**



Certidão

 [imprimir]

0a061672ec25616889feb7acae6833d5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

MARIA TEREZA UILLE GOMES

OU

contra o CPF:

535.731.619/87

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal e de APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 12/12/2018 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**

Certidão emitida em: 12/12/2018 às 18:55 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **0a061672ec25616889feb7acae6833d5**



Certidão

 [imprimir]

ac1016efcd1736113397b77e130654c9

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO****CERTIDÃO REGIONAL DE 1º GRAU PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com a Resolução nº 41/2010 do TRF4 e com o art. 411 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME

MARIA TEREZA UILLE GOMES

OU

contra o CPF:

535.731.619/87

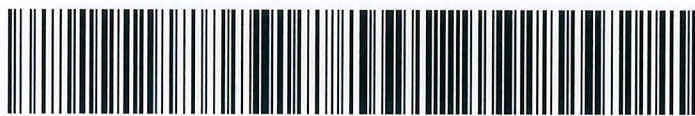
NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de EXECUÇÕES PENAIAS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES e RECURSOS CRIMINAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 12/12/2018 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 11/12/2018 às 23:30**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 11/12/2018 às 20:00**

Certidão emitida em: 12/12/2018 às 18:56 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ac1016efcd1736113397b77e130654c9**



Certidão

 [imprimir]

ea2e031e35e66226d2bde99636b36f21



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 403, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
MARIA TEREZA UILLE GOMES

OU

contra o CPF:
535.731.619/87

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 12/12/2018 às 02:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 12/12/2018 às 00:30**

- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 11/12/2018 às 23:30**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 11/12/2018 às 20:00**

Certidão emitida em: 12/12/2018 às 19:00 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ea2e031e35e66226d2bde99636b36f21**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARIA TEREZA UILLE GOMES

CPF: 535.731.619-87

Certidão nº: 164369416/2018

Expedição: 12/12/2018, às 19:14:08

Validade: 09/06/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARIA TEREZA UILLE GOMES**, inscrito(a) no CPF sob o nº **535.731.619-87**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

DECLARAÇÃO

Declaro, perante o Senado Federal, para todos os fins, especialmente aquele previsto no art. 383, I, b, 5, do Regimento Interno do Senado Federal, na qualidade de indicada pelos líderes partidários para integrar o Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, XIII), que não atuei, nos últimos 5 anos, como advogado em processos movidos contra a União, nem tampouco em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras. Nos últimos 5 anos atuei perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como Procuradora de Justiça, e como Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, desde junho de 2017.

Brasília, 12 de dezembro de 2018.

MARIA TEREZA UILLE GOMES





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARIA TEREZA UILLE GOMES**

Inscrição: **0026 6306 0663**

Zona: 177 Seção: 0469

Município: 75353 - CURITIBA

UF: PR

Data de nascimento: 08/04/1964

Domicílio desde: 01/08/1997

Filiação: - MARIA DO CARMO GALVAO UILLE
- SYRIO UILLE

Certidão emitida às 19:56 em 12/12/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

4CM2.+SCO.O1XP.MMMQ